



ANAIS

5º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO AGRONEGÓCIO



ÍNDICE

04 **Cerimônia de Abertura**

08 **Palestra Inaugural**
Segurança Jurídica e Regime Legal do Agronegócio

10 **Painel 1**
Futuro da Rede Contratual no Agronegócio

14 **Painel 2**
Novo modelo de crédito rural, gestão de risco, seguro e mercado de capitais

18 **Homenagem IBDA**

20 **Painel 3**
Usos do Imóvel Rural e suas Restrições

23 **Painel 4**
Mudanças Climáticas e Mercado
Regulado de Carbono

27 **Encerramento**

CERIMÔNIA DE ABERTURA



Renato Buranello,
presidente do
Instituto Brasileiro
de Direito do
Agronegócio (IBDA)

Renato Buranello

Presidente do IBDA

Roberto Rodrigues

Professor emérito da Fundação Getúlio Vargas – FGV

Anglizey Solivan de Oliveira

Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso – TJMT

Milton Flávio Lautenschläger

Diretor de Comunicação do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP

Ana Frazão

Professora da Universidade de Brasília – UnB

Sérgio Bortolozzo

Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB

Guilherme Piai

Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Arnaldo Jardim

Deputado Federal, Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA

Tereza Cristina

Senadora da República

A solenidade de abertura do 5º Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio reuniu autoridades e representantes do agronegócio nacional, com plenária lotada e mais de 3.000 pessoas assistindo *online* em todo o Brasil.

Sempre ressaltando a importância do evento para o debate de temas relevantes do direito e do agro, a tônica do início dos trabalhos foi a segurança jurídica como solução para enfrentar as incertezas globais. Esse tema permeou, também, boa parte dos demais debates ao longo do dia.

Renato Buranello, presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA), destacou em sua fala inicial que, em um cenário de cadeias globais de produção, é essencial entender as redes contratuais no agronegócio para refletir o novo contexto do sistema produtivo. Buranello ressaltou a necessidade de modernização do crédito, além de outros temas igualmente relevantes, como o seguro rural, a proteção da propriedade privada dos imóveis rurais, a gestão de riscos e as mudanças climáticas – temas deste ano, que foram discutidos durante o evento e que são fundamentais para pensar o Brasil e o nosso contexto no mundo globalizado.



Roberto Rodrigues
Professor emérito da FVG

O professor emérito da FGV, Roberto Rodrigues, que mais uma vez prestigiou o congresso, chamou a atenção para a incerteza mundial, intensificada pelas recentes medidas dos Estados Unidos. Tais ações, de acordo com sua avaliação, afetam questões institucionais e o comércio internacional, criando perplexidade

“Precisamos encontrar mecanismos de financiamento que permitam avanços positivos. A segurança jurídica no campo é fundamental. O direito e a justiça devem garantir a prosperidade.”

Roberto Rodrigues

Professor emérito da FVG

e dificultando a previsão dos rumos futuros, especialmente diante do tom neoprotecionista do presidente Donald Trump.

Segurança alimentar, transição energética, mudança climática e desigualdade social são desafios que ameaçam a democracia mundial, segundo ele. Para Roberto Rodrigues, o Brasil é o único país com um sistema sustentável, eficiente e que respeita o meio ambiente. No entanto, é necessário um fortalecimento da estrutura legal para garantir o progresso desse modelo.



Anglizey Solivan de Oliveira
Desembargadora, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso

A desembargadora Anglizey Solivan de Oliveira, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, destacou que, apesar das crises, é fundamental investir na melhoria da segurança jurídica. Segundo ela, a entrega eficaz do Judiciário depende do conhecimento profundo sobre os temas tratados no CBDA.

O diretor de Comunicação do IASP, Milton Flávio Lautenschläger, lembrou que uma das missões do Instituto, que completou 150 anos, é a difusão da cultura jurídica, observando que o apoio ao Congresso é uma oportunidade de fomentar o mercado do agronegócio. Ele anunciou que será implementada, no IASP, uma Comissão de Direito do Agronegócio, para fomentar novas políticas públicas para o setor.



Milton Flávio Lautenschläger
Diretor de Comunicação do IASP

Ana Frazão, professora da Universidade de Brasília, ressaltou que o desenvolvimento do setor agropecuário não pode ser pensado sem considerar o direito. Para ela, é imprescindível que o setor tenha previsibilidade, segurança e incentivos, além de dar uma atenção especial à gestão

contratual no campo. Completou lembrando que o IBDA tem se esforçado para oferecer mais conhecimento e um melhor ambiente de negócios para o setor.



Ana Frazão
Professora da Universidade de Brasília

Para Sérgio Bortolozzo, presidente da Sociedade Rural Brasileira, a insegurança jurídica é um dos maiores obstáculos para o produtor rural, principalmente em tempos de incerteza. Ele também destacou a falta de estrutura no campo, incluindo a carência de um seguro rural eficaz.



Sérgio Bortolozzo
Presidente da Sociedade Rural Brasileira

Guilherme Piai, secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, falou sobre as prioridades de trabalho, como a segurança jurídica e o CAR (Cadastro Ambiental Rural). Ele anunciou que a pasta irá criar um Comitê do Agronegócio para promover novas políticas públicas para o setor.



Guilherme Piai

Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Durante sua fala inicial, o deputado federal Arnaldo Jardim, Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), exaltou o papel do IBDA como fomentador de debates fundamentais para o agronegócio. O deputado ressaltou a importância da contribuição dos profissionais do direito para o desenvolvimento de vários projetos, como a Lei do Agro, que trouxe alterações estratégicas, especialmente na área de crédito, incluindo a LCA, a emissão dos CRAs e a criação dos FIAGROS.

A Senadora Tereza Cristina compartilhou a mesma visão, enfatizando a necessidade de buscar novos caminhos para proteger e desenvolver o setor agropecuário, pilar essencial da economia brasileira.



Arnaldo Jardim

Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

“As crises acontecem, há recuperação judicial, repactuação de contratos, e só superaremos essas fases com o apoio contínuo do setor jurídico.”

Arnaldo Jardim

Vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)



PALESTRA INAUGURAL

Segurança Jurídica e Regime Legal do Agronegócio



Palestrante: Ricardo Villas Bôas Cueva, ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça, fez a palestra inaugural do Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio de 2025 e começou com um alerta: “Da mesma forma como o agronegócio se sofisticou, a infraestrutura jurídica precisar ser compatível com essa sofisticação para garantir previsibilidade e transparência nos contratos”.

Durante o painel Segurança Jurídica e Regime Legal do Agronegócio, ele ressaltou que o Brasil é uma potência no agro e um ator importante na segurança alimentar mundial e lembrou que, atualmente, o setor representa cerca de 25% PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro e 40% do total das exportações.

“É preciso continuar a trabalhar em um ambiente confiável para o agronegócio seguir como motor econômico do Brasil e surpreender o mundo.”

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

O ministro destacou, também, pontos que, segundo sua análise, devem permear os contratos, sempre pensando na maior segurança jurídica para todas as partes: a força obrigatória do contrato, que deve ser cumprido como compactuado; e sua revisão pelo Judiciário deve acontecer apenas em casos excepcionais; a interpretação dos contratos deve ser objetiva, preservando as suas cláusulas; a proibição de revisão contratual arbitrária. O contrato, de acordo com o ministro, não deve ser revisto judicialmente com base em desequilíbrios que não forem comprovados.

A estabilidade regulatória foi outro ponto importante destacado durante a fala de Cueva, que considera necessário que se crie um ambiente favorável e seguro a fim de

“É importante observar o equilíbrio entre os riscos que foram alocados entre as partes, sem que se faça análise a posteriori para inferir como o contrato deveria ser feito e não como foi celebrado.”

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

atrair novos aportes para o setor e novos investimentos. “O Judiciário tem que ser o guardião da segurança jurídica”, enfatizou.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça lembrou, ainda, que, em 2002, foi revogado o Código Comercial, acabando com a diferença entre direito civil e direito empresarial. Para ele, o Código Comercial, criado em 1850, tinha um papel importante, e essa unificação teve impacto direto na segurança jurídica.

“Nesses 23 anos (de mudança), houve um preocupante impacto na economia, gerando insegurança jurídica, criando uma zona cinzenta entre contratos civis e empresariais. Essa insegurança tem aumentado com a reforma do Código Civil”, alertou.

Ricardo Villas Bôas Cueva finalizou dizendo que é necessário continuar a trabalhar em um ambiente confiável e transparente, para que o segmento do agronegócio se mantenha crescendo, siga como o grande motor econômico do Brasil e possa surpreender o mundo com a sua força.

PAINEL 1

Futuro da Rede Contratual no Agronegócio



Debatedores

Albenir Querubini

Membro da UMAU/UBAU e professor do IBDA

Luciano Timm

Presidente da Associação Brasileira de Liberdade Econômica – ABLE

Nunziata Valenza

Juíza de direito no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Thiago Castelliano

Juiz de direito no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Moderador

Rudy Ferraz

Diretor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

O primeiro painel temático do 5º Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio debateu a modernização e a segurança jurídica nas relações contratuais. Foi consenso entre os participantes que, diante das transformações globais e dos avanços tecnológicos, como a Inteligência Artificial, a modernização dos contratos no agronegócio se torna essencial.

Para garantir ao setor sustentabilidade e segurança jurídica, é fundamental ajudar a

estabelecer acordos, distribuindo riscos e responsabilidades de forma equilibrada.

O professor do IBDA e membro da UMAU/UBAU, Albenir Querubini, afirmou que o teor dos contratos deve ser técnico e preciso, livre de ativismos, de forma a garantir maior segurança jurídica. O professor ressaltou que o direito precisa ser um instrumento de prosperidade. Por isso, os marcos legislativos



Albenir Querubini
professor do IBDA e membro da
UMAU/UBAU

“Ainda vamos vivenciar grandes mudanças nos contratos e na legislação em geral, impulsionadas pelas exigências das novas tecnologias e do próprio mercado consumidor.”

Albenir Querubini
professor do IBDA

devem ser pensados como uma forma de diálogo eficiente entre o campo, a parte técnica e a parte legal.

Durante o painel, o moderador Rudy Ferraz, diretor jurídico da CNA, fez uma provocação sobre o que esperar do futuro dos contratos diante das rápidas mudanças globais promovidas pela chegada das novas tecnologias em todas as áreas. Querubini foi claro ao apostar em grandes mudanças em várias áreas do direito para que se adaptem aos novos tempos.



Rudy Ferraz
Diretor Jurídico da CNA

Também respondendo à questão, a juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Nunziata Valenza, destacou que não se pode pensar nos contratos agrários do futuro sem revisitar o passado. Para ela, além de renovar a legislação, é essencial sistematizar o conhecimento sobre a temática agrária.

A magistrada disse que o desafio, hoje, não é apenas revisar, mas também sistematizar o estudo do direito agrário em todas as suas dimensões, ponderando que, quando há um anacronismo na legislação, como nos contratos de arrendamento e parceria, ocorre um ataque à segurança jurídica. Por

“Como magistrada, analiso casos concretos e tenho a lei como farol.”

Nunziata Valenza

Juíza de direito no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Nunziata Valenza
Juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

isso, precisão, clareza e estabilidade são fundamentais.

Thiago Castelliano, juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, lembrou que ainda há muitos desafios, e a segurança jurídica é de suma importância, mas reconhece que há evolução nos últimos anos.

Ele citou como exemplo as Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADECs). Segundo ele, há uma relação de abuso do poder econômico, impactando o produtor rural, e algumas empresas utilizam as CADECs para retaliar e inibir os produtores rurais, até mesmo para evitar manifestações sobre o valor de referência.

O juiz disse, ainda, que tal sistema é disfuncional, e a Lei de Integração precisa ser revista e atualizada com urgência para evitar uma maior vulnerabilidade do produtor rural.

O professor Luciano Timm, presidente da Associação Brasileira da Liberdade Econômica (ABLE), destacou a importância



Luciano Timm
Presidente da Associação Brasileira
da Liberdade Econômica (ABLE)



Thiago Castelliano
Juiz de direito do Tribunal de Justiça
do Estado de Goiás

dos institutos jurídicos para a livre iniciativa, dizendo que a ordem econômica brasileira é baseada no livre mercado e na democracia, e isso trouxe mais prosperidade.

Ele defende que, para crescer, o país precisa de contratos sólidos, propriedade privada e um Judiciário imparcial. O professor afirma que os magistrados devem decidir com liberdade e com responsabilidade, e defende que o modelo regulatório deve se basear em números e dados. Acredita, ainda, que as políticas públicas devem ser fundamentadas em evidências, e não em ideologia.

PAINEL 2

Novo modelo de crédito rural, gestão de risco, seguro e mercado de capitais



Debatedores

Guilherme Soria Bastos

Coordenador do Centro de Estudos do Agronegócio da FGV

João Prieto

Coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB

Marcus Reis

CEO e sócio da Reis Advogados

Vitor Ozaki

CEO da Pícsel e professor da USP/ESALQ

Moderador

Marcelo Winter

Sócio de Agronegócio do VBSO Advogados

Foram temas do segundo painel do Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio deste ano o novo modelo de crédito rural, gestão de risco, seguro e mercado de capitais.

O moderador da mesa, Marcelo Winter, sócio de Agronegócio do VBSO Advogados, abriu as discussões lembrando a importância do crédito para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. E alertou que, apesar de o setor demandar muitos recursos, o Estado não consegue acompanhar a dinâmica e o crescimento do segmento.

Por isso, para Winter, as fontes alternativas são ferramentas necessárias para atender o setor produtivo e garantir o crescimento. Além disso, acredita que o seguro rural é um elemento valioso para a gestão de risco no campo.



Marcelo Winter

Sócio de Agronegócio do VBSO Advogados

“Ainda pouco usado no Brasil na comparação com outros países, o seguro rural é algo em que a gente precisa evoluir e crescer.”

Marcelo Winter

Sócio do VBSO Advogados



Marcus Reis

CEO e sócio da Reis Advogados

Marcus Reis, CEO e sócio da Reis Advogados, acredita que o Brasil seja, de fato, o “celeiro do mundo” e terá um papel de destaque para garantir a segurança e evitar a fome no planeta, uma vez que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), agência das Nações Unidas que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza, prevê que o mundo terá 10 bilhões de

“O crédito oficial não dará conta das necessidades do setor. O mercado de capitais tem que estar mais próximo do produtor e atender a essas necessidades.”

Marcus Reis

CEO e sócio da Reis Advogados

habitantes em 2050 e, para alimentar essa população, será necessário o aumento de 70% na produção global de alimentos. Ele explica, porém, que, diante de tal cenário, o produtor rural passa por um momento desafiador. Apesar da expectativa de supersafra em 2025, com cerca de 325,7 milhões de toneladas, há problemas no caminho como a Selic em 14,25%, com perspectiva de alta junto com o dólar, o que tem levado a um endividamento grande no campo. O advogado lembra que os produtores estão rolando dívidas há duas safras. No ano passado, o setor bateu recorde no número de pedidos de recuperação judicial, e a tendência é que siga em alta também neste ano, gerando preocupação.

Os debatedores consideram que é fundamental tirar o peso da disponibilização do crédito do Tesouro Nacional e buscar avançar e incentivar cada vez mais as finanças privadas e a aproximação com o mercado de capitais. Nesse sentido, Reis lembra que a Inteligência Artificial já é uma realidade no campo e terá papel fundamental na liberação de crédito nos próximos anos.

Coordenador do ramo agropecuário da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), João Prieto trouxe dados: o Brasil tem atualmente cerca de 1.200 cooperativas agropecuárias atuando em todas as regiões e



João Prieto

Coordenador do ramo agropecuário da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras)

nos mais diversos segmentos. Ao todo, 1 milhão de produtores rurais cooperados e, segundo dados do IBGE, 82% do quadro social das cooperativas são produtores que têm até 100 hectares.

Para ele, as cooperativas têm o papel de qualificar o produtor rural cooperado e não só ofertar produtos, trazendo luz ao que está acontecendo com o mercado e as melhores possibilidades de financiamento. Prieto reforçou que o país tem um potencial inegável para a produção rural, mas é necessária uma política agrícola adequada a esse ambiente. “O crédito oficial não dará conta das necessidades do setor. O mercado de capitais tem que estar mais próximo do produtor e atender a essas necessidades”, pondera.

Outro ponto de destaque no painel foi o seguro rural. Apesar da importância de políticas complementares dentro desse cenário de mudanças climáticas, apenas 15% da produção rural tem cobertura de seguro no Brasil. “Hoje, os programas estão andando de lado. É necessário ter uma alocação eficiente de recursos públicos”, disse Guilherme Soria Bastos, coordenador do Centro de Estudos do Agronegócio da FGV.

Bastos lembra que um projeto de lei da senadora Tereza Cristina prevê a criação de um fundo de catástrofe e o fortalecimento do seguro rural. Essa proposta ainda permitirá ao CMN (Conselho Monetário Nacional) criar regras sobre a contratação de seguro rural nas operações de crédito



Guilherme Soria Bastos
Coordenador do Centro de Estudos
do Agronegócio da FGV

rural. Com o empréstimo coberto por seguro, o produtor poderá, por exemplo, ter benefícios, como taxas de juros mais baixas nos financiamentos.



Vitor Ozaki
CEO da Pícsel e professor da USP/ESALQ

Vitor Ozaki, CEO da Pícsel e professor da USP/ESALQ, acredita que entender a necessidade de cada produtor e oferecer produtos mais direcionados é um desafio para democratizar o acesso ao seguro. E afirma que a tecnologia pode ser uma importante aliada nesse aspecto, uma vez que as soluções tecnológicas permitem reduzir o tempo de cotação e contratação da apólice de 15 dias para 5 minutos, customizando produtos e, assim, massificando a oferta do seguro.

HOMENAGEM IBDA



O Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA) prestou, nesta edição do Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio, uma homenagem à economista **Elizabeth Farina**, personalidade que é referência no setor agroindustrial. Professora sênior do Departamento de Economia da FEA-USP, Farina se destacou por sua docência e pesquisa nas áreas de Economia da Regulação, Antitruste e Sustentabilidade. Sua contribuição ao estudo da Teoria Econômica aplicada à ordem jurídica foi de grande relevância para a análise econômica do direito nos Sistemas Agroindustriais.

Renato Buranello, presidente do IBDA, destacou a imensa contribuição de Farina na criação de um novo paradigma para a compreensão do sistema agroindustrial. Segundo ele, o estudo que integra direito,

Homenageada
Elizabeth Farina
Economista

Saudação
Marcos Jank
Professor de Agronegócio e coordenador do Insper Agro Global e membro do Conselho Curador do CBDA

Renato Buranello
Presidente do IBDA

economia e organizações ainda era incipiente no Brasil, e Farina foi pioneira ao liderar o conhecimento e fomentar o diálogo sobre o tema.

“Ela desenvolveu os fundamentos essenciais para a disseminação contemporânea desse conhecimento e impulsionou a criação de novas políticas públicas. Sua atuação moldou uma nova forma de pensar o agronegócio”, afirmou.

Marcos Jank, Professor de Agronegócio e coordenador do Insper Agro Global e membro do Conselho Curador do CBDA, complementou ressaltando que Elizabeth Farina construiu um legado expressivo em diversas áreas do conhecimento, deixando sua marca em cada experiência acumulada ao longo da carreira. Como estudiosa do mundo agrícola, consolidou uma trajetória sólida e diversificada, influenciando significativamente diferentes segmentos do setor. Sua atuação se estendeu por organizações não governamentais, aprofundando-se em temas como clima e sustentabilidade, além de ter passado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo setor privado.

“A professora Beth Farina foi uma das primeiras a tratar o agronegócio como um sistema integrado, em uma época em que essa visão ainda não era amplamente discutida. Sua contribuição abrange temas como contratos, defesa econômica, concorrência e governança, introduzindo novos conceitos, termos e metodologias.”

Marcos Jank

Professor de Agronegócio e coordenador do Insper Agro Global e membro do Conselho Curador do CBDA

“Ela não apenas possui uma visão teórica, mas também prática sobre esses temas. Além de tudo, é um ser humano notável e especial para todos nós”, acrescentou Jank.

A homenageada, emocionada, refletiu sobre sua trajetória e disse que teve o privilégio de acompanhar de perto a transformação do agronegócio brasileiro. De um setor visto como conservador, Farina lembra que o viu crescer e se consolidar como um dos pilares da economia brasileira, impulsionado por inovação, tecnologia e produtividade.

O mais importante, no entanto, segundo ela, foi contar com pessoas determinadas a fazer acontecer. Para a professora, sua maior contribuição até hoje para o setor foi provocar reflexões e desafiar o status quo em um período em que ainda não se falava em agribusiness no Brasil. Para ela, o agronegócio hoje compreende que alta performance

e sustentabilidade ambiental, social e de governança precisam caminhar juntas.

No final de sua fala, a professora agradeceu a todos que estiveram a seu lado nessa jornada e deixou um desejo: “Que sigamos juntos, cada um com a sua perspectiva, construindo pontes, pontes entre conhecimento e prática, entre crescimento e responsabilidade, entre o presente e o futuro”.



“Fico especialmente feliz por esta homenagem vir de um setor que aprendi a respeitar não apenas pela sua força produtiva, mas pela capacidade de se reinventar, de escutar, de buscar parcerias com a ciência, com a academia, com consultores e formuladores de políticas.”

Elizabeth Farina
Economista

PAINEL 3

Usos do Imóvel Rural e suas Restrições



Debatedores

Andrea Greco

Superintendente Jurídica do Itaú Unibanco

Francisco de Godoy Bueno

Conselheiro da Sociedade Rural Brasileira – SRB

Renata Gregio

Diretora Jurídica da Bayer

Renato Giroto

Fundador da Brain Agriculture

Moderadora

Samanta Pineda

Advogada especialista em Direito Ambiental

O nosso país precisa proteger a propriedade privada imobiliária rural e dar ampla abrangência à sua função social. A insegurança jurídica trazida pela relativização do direito de propriedade afugenta investidores. Essa foi uma das discussões do terceiro painel do CBDA. Para os especialistas convidados, é fundamental tutelar o direito de propriedade do imóvel rural para que o país retome os investimentos seguros no agronegócio.

Para Francisco de Godoy Bueno, conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB), embora seja garantida a propriedade privada pela Constituição Federal, continua prevalecendo uma cultura de tratar o direito de propriedade como privilégio. “Este é um tema muito espinhoso. Essa questão fundiária vai além porque não existe contrato sem propriedade”, afirmou.

A própria livre iniciativa depende ou tem como pré-condição o direito de propriedade, que, no Brasil, especialmente na área rural, é tão vilipendiado, disse o conselheiro da SRB, ao comentar que, entre as principais dificuldades, estão a questão das terras indígenas e a apropriação da posse de propriedade privada pelo próprio Estado.



Francisco de Godoy Bueno
Conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



Samanta Pineda
Advogada especialista em Direito Ambiental

O painel, mediado por Samanta Pineda, advogada especialista em Direito Ambiental, também abordou a restrição da compra de terras por estrangeiros.

Renata Gregio, diretora jurídica da Bayer, lembrou que o imbróglgio da aquisição de áreas por estrangeiros começou em 1971 com o Estatuto da Terra, que foi o primeiro marco jurídico a prever a restrição jurídica da compra da terra por estrangeiros no Brasil. “Hoje temos uma plataforma que monitora diariamente 1,3 milhão de imóveis rurais, garantindo as informações quase em tempo real para tomada de decisões”, destacou Gregio.



Renata Gregio
Diretora jurídica da Bayer



Andrea Greco
Superintendente Jurídica do Itaú Unibanco

O fundador da Brain Agriculture, Renato Giroto, por sua vez, lembrou que a tecnologia pode ajudar, no dia a dia, no monitoramento e na análise prévia de uma área, que é algo complexo e custoso. “Hoje existe um conjunto de sistemas tecnológicos que dão escala a esse tipo de análise”, disse Giroto. Entre as tecnologias, ele citou algumas que estão entre as mais difundidas no mercado brasileiro: imagem de satélite, alerta de colheita, Big Data e Inteligência Artificial.



Renato Giroto
Fundador da Brain Agriculture

“Hoje temos uma plataforma que monitora diariamente 1,3 milhão de imóveis rurais garantindo as informações quase em tempo real para tomada de decisões.”

Renata Gregio
Diretora jurídica da Bayer

PAINEL 4

Mudanças Climáticas e Mercado Regulado de Carbono



Debatedores

Eduardo Brito Bastos

Presidente da Câmara do AgroCarbono no Ministério da Agricultura e Pecuária

Guilherme Rodrigues da Cunha

Sócio-presidente da Ceres Investimentos

Terence Trennepohl

Advogado especialista em Direito Ambiental

Tiago Lessa

Sócio do Pinheiro Neto Advogados

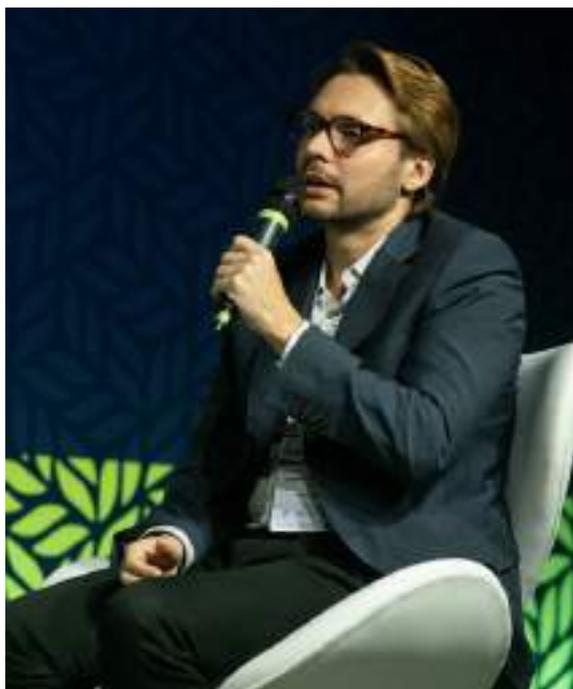
Moderador

Leonardo Munhoz

Advogado, pesquisador do Observatório de Bioeconomia da FGV

O debate sobre Mudanças Climáticas e Mercado Regulado de Carbono, mediado pelo advogado Leonardo Munhoz, pesquisador do Observatório de Bioeconomia da FGV, encerrou o evento e trouxe para a mesa de discussões a Lei 15.042, que regula o mercado de créditos de carbono. Aprovada no ano passado, a nova norma ainda aguarda regulação, mas já está movimentando o agronegócio.

O mercado de carbono permite que empresas e países compensem as emissões por meio da compra de créditos vinculados a iniciativas de preservação ambiental.



Leonardo Munhoz
Pesquisador do Observatório de
Bioeconomia da FGV

“Se o mundo quer que a gente preserve, ele deveria nos pagar para preservar.” A afirmação foi feita pelo sócio do Pinheiro Neto Advogados, Tiago Lessa. O crédito de carbono não deixa de ser, de acordo



Tiago Lessa
Sócio do Pinheiro Neto Advogados

“A preservação ambiental não é só multa, fiscalização e crime. É também o incentivo econômico.”

Tiago Lessa
Sócio do Pinheiro Neto Advogados

com ele, uma das formas de preservação ambiental, só que uma forma que remunera quem está preservando e transforma essa atividade em um resultado econômico. Lessa espera que a regulamentação leve isso em consideração.

Outro tema debatido foi a sustentabilidade, que ganha mais força em ano de COP30, que acontecerá no Brasil, em novembro.

Eduardo Brito Bastos, presidente da Câmara do AgroCarbono no Ministério da Agricultura e Pecuária, comentou que a sustentabilidade é um movimento que o país, historicamente, ajudou a liderar e está amparado no tripé: finanças, ciência e regulação. Ele explicou que, em 1972, a primeira fazenda brasileira fez plantio direto. Hoje, mais de 80% do Brasil tem esse modelo.

Segundo Bastos, é preciso um maior volume de recursos para acelerar essa mudança. E vai além: “É preciso trazer a ciência junto, assim como a regulação, porque, se a gente não trabalhar um arcabouço regulatório, isso não vai andar”, completou.



Eduardo Brito Bastos
Presidente da Câmara do AgroCarbono no
Ministério da Agricultura e Pecuária



Guilherme Rodrigues da Cunha
Sócio-presidente da Ceres Investimentos

Guilherme Rodrigues da Cunha, sócio-presidente da Ceres Investimentos, lembrou que a pauta ESG foi um tema bastante quente tempos atrás e esfriou, porque a tangibilidade da questão ESG em termos de custo ainda é complexa. “O ponto principal é saber qual é o nível de segurança que a gente vai ter em uma compra. Não acredito ainda na compra para quem não é do mercado de capital”, comentou. Cunha acredita que será o mercado regulado que vai fazer isso. Se não houver uma tangibilidade do que está sendo comprado, poderemos ficar no meio do caminho.



Terence Trennepohl
Advogado especialista em direito ambiental

“Ouço muitas críticas de que a legislação está ruim. Mas a gente tem uma legislação ambiental no Brasil que impacta o agronegócio de maneira positiva.”

Terence Trennepohl

Advogado especialista em
Direito Ambiental

Tudo é muito recente. Essa é a opinião do advogado especialista em Direito Ambiental, Terence Trennepohl. Ele acredita que estamos caminhando para uma regulamentação cada vez mais rigorosa e vê isso com bons olhos. Para ele, é uma oportunidade de ouro para o agronegócio. “Sabendo fazer, sabendo surfar essa onda, estamos muito bem amparados”, comentou.



ENCERRAMENTO

Gianfranco Cinelli, membro do Conselho Curador do CBDA
Renato Buranello, presidente do IBDA



A cerimônia de encerramento do 5º Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA), em São Paulo, foi conduzida por Gianfranco Cinelli, membro do Conselho Curador do evento.

Em seu discurso, ele destacou que o congresso se consolidou como uma referência no setor, reunindo instituições, associações, representantes dos três poderes e advogados.

“Estamos formando, nesta quinta edição, um

verdadeiro ecossistema do Direito do Agro, algo que há pouco tempo não era sequer debatido. Hoje, conseguimos tangibilizar essa rede, esse networking que se retroalimenta e impulsiona o setor”, afirmou Cinelli.

Ele também reforçou a importância da pluralidade nos debates, ressaltando que o avanço do setor depende da diversidade de perspectivas. “Se falamos apenas para nossos pares, se falamos apenas para advogados, não criamos eco. Precisamos dessa multiplicidade de vozes para realmente progredir.”



“Se falamos apenas para nossos pares, se falamos apenas para advogados, não criamos eco. Precisamos dessa multiplicidade de vozes para realmente progredir.”

Gianfranco Cinelli

Membro do Conselho Curador do CBDA

O presidente do IBDA, Renato Buranello, também destacou a evolução do evento e sua contribuição para a construção de um ecossistema jurídico sólido para o agronegócio.

“Reunimos grandes especialistas para discutir temas complexos com profundidade. Nesta quinta edição, fica claro que o congresso

passa a ser referência no país. Só crescemos e seguimos ampliando esse espaço de debate, que hoje se fortalece como referência”, afirmou Buranello.

Para ele, o impacto do evento vai além das discussões realizadas. “Quando alunos de faculdade me pedem para falar sobre esse movimento e as oportunidades no mercado de trabalho, vejo que estamos deixando um legado. Se esse conhecimento está chegando às novas gerações, cumprimos nosso papel.”



“Se esse conhecimento está chegando às novas gerações, cumprimos nosso papel.”

Renato Buranello

Presidente do IBDA

IMPRENSA

REPERCUSSÃO

Mais de 150 matérias publicadas em sites, portais, jornais, TVs e revistas.

Foram firmadas 18 parcerias de mídia para o Congresso.

APOIADORES DE MÍDIA



EXPEDIENTE

ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO AGRONEGÓCIO 2025

Coordenação
Renato Buranello

Apoio
Heloisa Caum
Taís d'Avila
Gabriel Henrique Lima

Fotos
Gerardo Lazzari

Revisão
Abgail Cardoso e Maria Inês Caravaggi

Design e produção gráfica
MW2 Design

Assessoria de Imprensa
4Press Comunicação

Organização e Produção
Wenter Eventos

www.congressodireitoagro.com.br
www.direitoagro.com

CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO AGRONEGÓCIO

IBDA®

Agradecemos aos patrocinadores e apoiadores da quinta edição do Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio. O evento ressaltou temas relevantes relacionados à segurança jurídica como solução para enfrentar as incertezas globais.

Patrocinadores Master

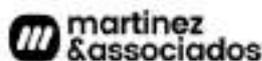


PINHEIRO NETO
ADVOGADOS



vbsol
advogados

Patrocinadores



Apoio Institucional

